



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

87
10

Agravo de instrumento nº 261220-8 – Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

Agravante: José Augusto Maia.

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. FUNDAMENTAÇÃO PARA RECEBIMENTO DA INICIAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO IN DUBIO POR SOCIETATE. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Analisando a decisão recorrida, verifico o magistrado *a quo* ter recebido a ação com fundamentos suficientes, com base em indícios do cometimento de ato de improbidade, agindo de acordo com o entendimento do STJ, onde, existindo meros indícios de cometimento de atos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, a petição inicial deve ser recebida, fundamentadamente, pois, na fase inicial prevista no art. 17, §§ 7º, 8º e 9º, da Lei n. 8.429/92, vale o princípio do *in dubio pro societate*, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público. 2. Jurisprudência do STJ e desta E. Corte de Justiça. 4. Agravo de Instrumento improvido, decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 261220-8, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 261220-8 – Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.
Agravante: José Augusto Maia.
Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo de instrumento em face de decisão que recebeu a inicial na Ação de Improbidade Administrativa.

Em suas razões de fls. 02/11, aduz o agravante a ausência de afrontas aos princípios da moralidade e impessoalidade, inexistindo, *in caso*, as condutas típicas descritas no art. 11, da Lei de Improbidade Administrativa.

Pugna pela concessão do efeito substitutivo ativo ao presente recurso, e, no mérito, requer seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Decisão interlocutória de fls. 46/47, pelo indeferimento do efeito excepcional requerido pelo ora agravante.

Contraditório, de fls. 55/63, pelo improvimento do presente agravo de instrumento.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça de fls. 70/72, pela improcedência do presente agravo, vindo em seguida os autos conclusos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 5 de março de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

88
70



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

Agravo de instrumento nº 261220-8 – Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

Agravante: José Augusto Maia.

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

VOTO

Entendo que a decisão agravada não merece reforma, senão vejamos.

Analisando a decisão de fls. 12, verifico o magistrado *a quo* ter recebido a ação com fundamentos suficientes, com base em indícios do cometimento de ato de improbidade, agindo de acordo com o entendimento do STJ, onde, existindo meros indícios de cometimento de atos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, a petição inicial deve ser recebida, fundamentadamente, pois, na fase inicial prevista no art. 17, §§ 7º, 8º e 9º, da Lei n. 8.429/92, vale o princípio do *in dubio pro societate*, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público (confira-se: AgRg no AREsp 201.181/GO, T2, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 24/10/2012).

Dessa forma também se posiciona esta E. Corte de Justiça, conforme:

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. FUNDAMENTAÇÃO PARA RECEBIMENTO DA INICIAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Diante da presença de indícios de atos de improbidade administrativa, pertinente se faz a manutenção da decisão que recebeu a petição inicial da Ação Cível Pública, transferindo para a fase de cognição a análise da descrição dos fatos imputados e ocorrência da materialidade de ato de improbidade, sob pena de se adentrar no mérito antes mesmo de estabilizada a lide, e se incorrer em flagrante desrespeito ao devido processo legal, contraditório e direito de ação, todos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos. 2. O § 8º do art. 17 da Lei nº 8.429/92 exige fundamentação para a rejeição da petição inicial, não para o seu recebimento, quando a motivação poderá se dar em elementos mínimos, não sendo necessária uma larga fundamentação, sem que isso signifique afronta aos princípios constitucionais processuais, mormente, porque ainda será oportunizada a defesa ao requerido, nos termos do § 9º do mesmo artigo. 3. O entendimento jurisprudencial pacificou-se no sentido de que, nessa fase inicial, deve ser priorizado o interesse público no desenvolvimento do próprio processo para a detida apuração dos fatos e aplicação da lei, pela simples presença de meros indícios de atos de improbidade administrativa (princípio *in dubio pro societate*). 4. Existindo indícios de atos de improbidade, nos termos dos dispositivos da Lei n. 8.429/92, sendo procedente a ação e adequada a via eleita, cabe ao juiz receber a inicial e dar prosseguimento ao feito. 5. Agravo de Instrumento improvido. Decisão unânime (Agravo de Instrumento 269311-6, 2ª CDP, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 10/5/2012).

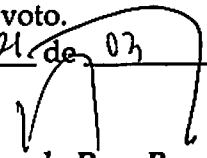
~

89
20

Feitas estas considerações, voto pelo improvimento do presente
agravo de instrumento.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator